FÓRUM DAS MULHERES PESCADORAS E MARISQUEIRAS DA RESEX MARINHA BAÍA DO IGUAPE

UM POUCO DE HISTÓRIA [2]

O Recôncavo Baiano foi originalmente território de usufruto Tupinambá, etnia que dominava com primor as artes da pesca e da caça na região hoje denominada de Baia do Iguape. O Recôncavo foi uma das primeiras fontes de recursos para a coroa portuguesa no período colonial e os Tupinambás sofreram então fortes investidas dos europeus que tentavam escravizar os povos originários da região.

Com a instituição da cidade de Salvador como a primeira capital brasileira e também como centro administrativo de Portugal na Colônia, toda a economia e gerência das terras circunvizinhas, como o Recôncavo, estavam sujeitas às demandas da capital.

A estruturação de portos e o grande fluxo de embarcações do Velho Mundo para Salvador facilitaram a vinda forçada de grandes montantes de pessoas das mais diversas nações africanas à região, compondo a mão de obra que sustentou durante muito tempo a produção de cana-de-açúcar, do fumo e outros produtos, trazendo prosperidade e riquezas à coroa portuguesa e aos grandes proprietários de terra.

O Recôncavo então foi o grande berço produtivo no Brasil colônia, agregando um grande adensamento de engenhos, sobretudo ao redor da Baía do Iguape devido à facilidade de acesso ou escoamento da produção por via marítima. Com o passar dos séculos, mesmo com a Constituição do Império em 1824, a mão de obra escrava continuava legitimada pelos regulamentos oficiais, não tendo o escravo ou escrava o direito garantido a acessar políticas públicas como cidadão brasileiro.

Por força do contexto, em 1888 o Império vê-se forçado a abolir a escravidão no Brasil, ainda que esta lei não tivesse o intuito de alterar profundamente o regime de trabalho em todo o Império, pois apenas a minoria dos africanos e indígenas ainda era cativa, pois a maioria já resistia de forma organizada em quilombos ou havia conquistado alforria.

Em paralelo, crescia o número de imigrantes europeus, maioria italianos e espanhóis, que vendiam sua força de trabalho a custo muito menor que o de um escravo, sobretudo no sudeste, pois fugiam de longos periodos de guerras, tiranias e fome. Contudo, ao passo que esta transição entre trabalho escravo e trabalho assalariado se dava de forma relativamente gradual em outras regiões do Brasil onde crescia o ciclo do ouro, no Recôncavo baiano, onde quase totalidade da mão de obra ainda era escrava, esta transição ocorreu de forma brusca, concomitantemente à queda expressiva das exportações do açúcar brasileiro.

Registros históricos reportam, por exemplo, que no Engenho da Cruz, antiga propriedade do Barão de Iguape no Recôncavo, sem poder contar com a mão de obra escrava para colheita da safra de 1888-9, os senhores foram forçados a desembolsar cerca de dois contos e oitocentos mil réis para pagamento de mão de obra da lavoura. Ao fim da empreitada, seu investimento rendeu apenas dois contos e quinhentos mil réis. Foi o primeiro prejuízo conhecido na historia dos engenhos! Muitos senhores quebraram contratos comerciais com grandes empresas britânicas e faliram em poucos meses.

Com a falência dos engenhos no Recôncavo, o grande adensamento de populações de ex-cativos continuaram a não contar com nenhum benefício ou direito para se estabelecerem como cidadãos do império, com a garantia de uma qualidade mínima de vida.

Já habituados com a lida no meio rural, muitas comunidades de ex-cativos e cativas se formaram ainda nas terras dos inúmeros engenhos decadentes ao redor da Baía do Iguape, tendo como fonte primária de sobrevivência o uso dos recursos naturais advindos da pesca, mariscagem, agricultura, extrativismo vegetal e artesanato, sobretudo do estuário da Baía do Iguape, unindo os saberes africanos e Tupinambás como única forma de resistência.

Nos final do século XIX, a indústria de charutos ganha força no Recôncavo Baiano, agregando por décadas boa parte da mão de obra dos pescadores, marisqueiras e agricultores da região, quase todos remanescentes de quilombos. O plantio de tabaco tornou-se então a principal atividade de todo o Recôncavo, que representava o maior grupo exportador de charutos no Brasil. As condições de trabalho eram muito precarias e asssemelhavam-se ainda ao regime de escravidão.

No início do século XX, a indústria do tabaco na região do Recôncavo entra em crise, quando as duas principais empresas locais fecham suas maiores fábricas. O fechamento destas fábricas de charuto foi responsável por um êxodo de famílias do Recôncavo para Salvador. Ainda assim, um número grande de famílias permaneceu residindo no Recôncavo retornando às suas atividades produtivas tradicionais, especialmente a pesca, mariscagem, agricultura e extrativismo florestal.

Mais uma vez, assim como na crise do açúcar, foram os recursos do mar e dos manguezais e todos os saberes tradicionais associados que mantiveram vivas as sociedades quilombolas do Recôncavo baiano.

Podemos dizer tambem que se há ainda ecossistemas bem conservados na Baía de Iguape, é devido ao grande respeito destes povos tradicionais aos recursos do mar e à histórica luta pela defesa de seus territorios. A indissociabilidade entre o reivindicar-se pescador ou pescadora e assumir-se enquanto quilombola defensor do território é caracteristica evidente na região, expressa pelo mote popular "Pescador é quilombola e quilombola é pescador".

Porem, um status comum a todos os períodos da história destas populações foi a violenta exploração e abandono que sofreram pelo Estado, que se apropriou de todos os meios necessarios à sobrevivência digna destes povos. Foi gerada então uma crítica falta de acesso à terra, serviços e infraestrutura, como sistemas de esgotamento sanitário, acesso à água potável, coleta de lixo, saúde ou moradia. Sem apoio algum das instituições, foram os laços de vivência solidarios e cooperativos que mantiveram vivas as tradições das pescadoras e pescoradores do Recôncavo baiano.

Nos dias de hoje, prossegue o agravamento da situação econômica destas populações, principalmente devido à destruição do estuário da Baía de Iguape por grandes empreendimentos que se instalaram por incentivo do Estado, tais como a Hidrelétrica de Pedra do Cavalo, o polo industrial naval Enseada do Paraguaçu, a monocultura do eucalipto e a especulação imobiliária que avança sobre os manguezais.

Como evidência da critica situação econômica destas populações, destacamos um estudo realizado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (2000) sobre a realidade local, que identificou que a média de renda per capita diária das famílias de pescadores e pescadoras é de R$ 0,79, sendo a média mensal por pessoa de R$ 23,63.

Se compararmos esta renda com o valor fixado pelo governo brasileiro de cerca de R$ 70,00 como limite máximo para identificar situações de extrema pobreza, nota-se que os recursos advindos da pesca tornaram-se alarmantes pois representam apenas um terço do limite da extrema pobreza.

A reprodução geracional da cultura da pesca fica ameaçada, pois a atividade passou a ser vista como penosa, sofrida e como sinônimo de não prosperidade econômica.

Ainda assim, as populações mantêm suas raizes na pesca artesanal. Estima-se que haja mais de cinco mil famílias de pescadores e pescadoras quilombolas na região, sendo que 88,94% das embarcações utilizadas são canoas a remo. Mais de 80% das famílias dizem não pescar sozinhas. As companhias refletem a relação cooperativa, familiar e comunitária, já que 50,9% das famílias dizem pescar com o pai/mãe, irmão/irmã, filho/filha. O restante diz pescar com o/a cônjuge (36,8%), primos e primas e compadres ou comadres (9,5%), genros, noras, cunhados ou cunhadas (2,8%).

A relação de patrão-empregado entre os pares é anedótica e vista como imoral na região. Há um esforço inerente à cultura tradicional da região em se portar contra o surgimento do patronato nas atividades da pesca e da mariscagem.

Diante do alarmante grau de precarização das comunidades da Baía do Iguape, os modos de vida tradicionais e todos os saberes ancestrais da região encontram-se ameaçados. Enquanto o Estado prossegue com a historica marginalização das populações tradicionais do Recôncavo favorecendo interesses de grandes empresas degradadoras, pescadores e marisqueiras continuarão sendo os maiores aliados para a conservação dos recursos marinhos do Recôncavo, apoiando-se em seus mais valiosos saberes: pescar, mariscar, cooperar e resistir.

A RESERVA EXTRATIVISTA E O SEU PLANO DE MANEJO [4]

A Reserva Extrativista (Resex) Marinha Baía do Iguape foi crirada pelo Decreto Presidencial s/nº de 11 de agosto de 2000 com o objetivo de conservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas, aliando o desenvolvimento socioeconômico à valorização da cultura e das tradições populares. A Resex está situada no estuário do Rio Paraguaçu, Recôncavo Baiano, abrangendo um ecossistema de intensa produtividade pesqueira. O território é majoritariamente composto de manguezais e lâmina d'água, utilizados por aproximadamente 5 mil famílias de pescadores e marisqueiras que residem nas 92 comunidades do entorno.

Em 2009, a fim de atender à instalação do empreendimento do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, a poligonal da Resex foi alterada pela Lei nº 12.058, vindo a compor uma área de 10.074 ha. Houve um encurtamento dos limites da Resex ao Sul da calha do estuário para que o Estaleiro fosse instalado em região que anteriormente pertencia ao território da Resex. Para compensar o territorio perdido, a Resex foi ampliada para onde já havia um quilombo, São Francisco do Paraguaçu, gerando uma sobreposição que hoje inviabiliza a titulação das terras quilombolas na área e causa justa revolta das populações desta comunidade. A alteração dos limites da Resex foi realizado sem qualquer consulta as populações tradicionais beneficiárias, conforme exige a Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho. Atualmente, com a anuência do órgão ambiental licenciador, as compensações pelos impactos gerados pelo Estaleiro foram transferidos para outras unidades de conservação, principalmente do extremo sul da Bahia, sob a alegação de que a operação do empreendimento não afetará de forma direta a Reserva Extrativista.

Diante do contexto de degradação do estuário da Resex e dos impactos gerados por grandes empreendimentos, faz-se necessário utilizar de ferramentas legais para a melhor proteção das populaões tradicionais e dos recursos da Resex, apesar de as comunidades tradicionais saberem que há limites estreitos de até onde a via institucional é capaz de lhes trazer beneficios efetivos. Neste sentido, um importante instrumento de gestao é o Plano de Manejo que, segundo a Instrução Normativa nº 01/2007 do ICMBio, é o documento que define a estrutura física e de administração da Resex, o zoneamento, as normas de uso de manejo dos recursos naturais e os programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, construído junto com a população tradicional.

O Plano de Manejo da Reserva Extrativista encontra-se em fase final de elaboração e contou com o acumulo de processos participativos que envolveram milhares de pescadores e marisqueiras da Baía do Iguape. Numa primeira etapa, as comunidades elaboraram o Perfil da Família Beneficiária, indicando quais as caracteristicas definem social e culturamente os povos tradicionais do territorio. Depois, foi elaborado o Acordo de Gestao, documento que estabelece os acordos e regras para uso dos recursos naturais dentro do territorio.

Para finalizar a elaboração do Plano de Manejo é necessário ainda definir quais ações e normas serão válidas para a Resex. Este trabalho será realizado através de quinze rodadas de oficinas comunitárias, focadas em temas prioritários que necessitam de planejamento de ações e de normatizações específicas. Para estas oficinas, é esperada a participação de mais 2 mil beneficiarios da Resex.

Para coordenadar a elaboração do Plano de Manejo, o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha do Iguape instituiu um Gruto de Trabalho (GT), composto por famílias beneficiárias da população tradicional, pesquisadores, representantes de colônias de pesca, associações etc.

Em razão da complexidade das questoes relativas ao manejo do territorio da Reserva Extrativista, este GT sugeriu que as ações e normas do Plano de Manejo focassem em temas prioritarios para a garantia da qualidade de vida das populações tradicionais e para o cumprimento da missão da unidade de conservação, que foi definida pelo proprio Conselho Deliberativo da Resex.

Em reunião no dia 15 de março de 2016, o GT elaborou uma proposta de temas prioritarios para a discussao de ações e normas nas oficinas comunitárias para finalização do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape. Inicialmente foi realizada uma chuva de ideias com ações e normas que deveriam ser implementadas na unidade de conservação para que, depois desta etapa, tais propostas fossem agrupadas em grandes temáticas.

Como haviam dois criterios de priorização dos temas propostos (importância para garantia da qualidade de vida das populações tradicionais e importância para o cumprimento da missão da Resex), utilizamos dois métodos participativos para definir o grau de importância dos temas para cada um destes critérios, conforme relatado a seguir.

A priorização dos temas por relevância para a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais foi realizada da seguinte forma: era apresentado um tema por vez e o GT discutia livremente em qual tamanho de tarjeta este deveria ser registrado, sendo que a propria dimensão da tarjeta deveria ser proporcional ao grau de relevância do tema para a qualidade de vida das populações tradicionais. As tarjetas foram divididas em tamanhos pequeno, médio e grande, cada um com uma cor.

Tarjetas em dimensões proporcionais à relevência do tema

A priorização dos temas por relevância para a missão da Resex foi realizada através da localização das tarjetas da etapa anterior num Diagrama de Venn com níveis concêntricos de distância de um núcleo que representava a propria missão da Resex. A proximidade da tarjeta ao núcleo indicava a relevância do tema para a missão da Resex.

A partir daí, valoramos os resultados da seguinte maneira: (a) para a relevância do tema para a qualidade de vida (tamanho das tarjetas), demos valor 3 aos de alta relevância, valor 2 aos de média relevância e valor 1 aos baixa relevância; (b) para a relevância do tema para o cumprimento da missão da Resex, demos valor 3 para os temas muito proximos ao núcleo no Diagrama de Venn, valor 2 para os temas próximos ao núcleo e valor 1 para os temas localizados longe do núcleo.

Considerando mutuamente os valores da relevância para a qualidade de vida das populações tradicionais e para o alcance da missão da Resex representados respectivamente pela dimensão das tarjetas e pelo Diagrama de Venn, o GT finalizou sua proposta de priorização dos temas a serem tratados para o Plano de Manejo.

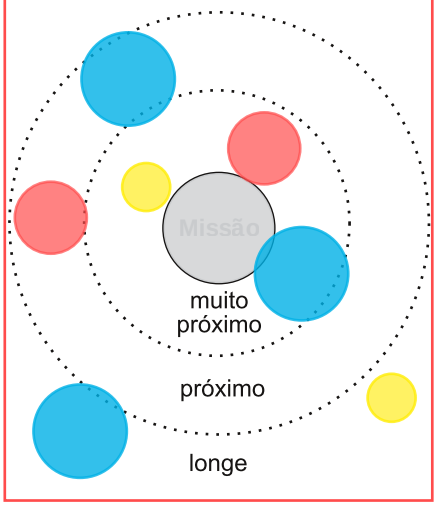
Como o Grupo de Trabalho foi instituído apenas para coordenar e acompanhar a elaboração do Plano de Manejo, sem possuir caráter deliberativo, a proposta dos temas prioritarios elaboradas pelo GT foi encaminhada à apreciação do Conselho Deliberativo no dia 12 de abril de 2016, quando foi discutida e aprovada por unanimidade.

Estes temas prioritarios serão as pautas de discussão das oficinas comunitárias itinerantes, que serãoo realizadas em quinze núcleos comunitários envolvendo todas as comunidades da Resex, com previsão para ocorrer no início do segundo semestre de 2016. Os temas, em ordem de prioridade, estão listados no quadro a seguir.

Missão da Resex

"Promover a gestão participativa do território pesqueiro para a conservação da sociobiodiversidade da Resex Marinha Baía do Iguape, como espaço de aprendizado político, de luta e de cidadania, com o fortalecimento das identidades das comunidades tradicionais e das culturas populares".

Diagrama de Venn



Temas prioritarios

1. PROTEÇÃO
2. ATIVIDADES PRODUTIVAS
3. REG. FUNDIÁRIA E SEGURANÇA
4. INFRAESTRUTURA
5. ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
6. SAÚDE
7. EDUCAÇÃO E CULTURA
8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

POR QUE UM FÓRUM DE MULHERES? [6]

GÊNERO E PATRIARCADO

Objeto de uma complexa discussão, o conceito de gênero teve seu mais expressivo desenvovlimento no seio dos movimentos feministas. Nas palavras de Safiotti (2005), o estudo da categoria gênero: "procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se um em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados.

Ainda segundo a autora: "não se deve esquecer, ainda, que as relações de “gênero” são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são, portanto uma forma primária de relações significantes de poder. Tendo entre suas preocupações evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de “gênero” procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, através de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas e políticas".

O conceito de gênero é, portanto, dinâmico e dependente dos cursos das relações de poder constituídas em cada contexto. A definição da categoria "gênero" torna-se então ferramente de poder, pois trará consigo atribuições de qualidades, papéis, identidades e comportamentos para mulheres e homens. O patriarcado, em linhas gerais, pode então ser definido enquanto a relação de dominação-exploração empreendida pela categoria "homens", que instituiu de forma hegemônica o poder de definir o que é gênero, normatizar e hierarquizar papéis nas sociedades.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

A violência de gênero desempenha papel indissociável na instituição do patriarcado. Segundo Safiotti (2001): "no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência".

A autora sugere que, assim como ocorre em quaisquer outras relações de dominação, apenas o aspecto ideolõgico torna-se insuficiente para garantir a obediência e disciplina das vitimas ao patriarca. Desta forme, este deverá recorrer ienvitavelmente ao uso da violência para a sujeição das mulheres e manutenção de seus privilégios.

A violência contra as mulheres (VCM) é o tipo de violência de gênero mais recorrente na maioria das sociedades atuais e abrange uma complexidade de formas que podem variar de acordo com os sujeitos envolvidos, os contextos históricos, raciais e de classe. Considerada uma grave violação aos direitos humanos, a VCM ultrapassa um problema que tangencia apenas a vida privada, pois é tambem fundamento estruturante das diversas relações sociais, institucionais e jurídicas.

No Brasil, por exemplo, não existem estatísticas oficiais organizadas de modo sistemático que demonstrem um quantidativo de casos de VCM. Contudo, estudos realizados por organizações não governamentais com violência doméstica indicam que 1/5 das mulheres já foram vitimas de algum tipo de violência doméstica (Fundação Perseu Abramo, 2001).

Quando estimuladas por meio da citação de diferentes formas de agressão, esse percentual sobe para quase metade das mulheres. Dentre estas, 1/3 afirma ter sofrido algum tipo de violência física, seja ameaça com armas de fogo, agressões ou estupro pelo próprio companheiro.

Muitas pesquisas indicam, também, a maior vulnerabilidade de mulheres e meninas ao tráfico e à exploração sexual.

Segundo a Unesco, uma em cada três ou quatro meninas é abusada sexualmente antes de completar 18 anos. Para além da violência doméstica apontada anteriormente, há uma miriade de formas de VCM. O conceito de violência contra as mulheres adotado pela Política Nacional, por exemplo, fundamenta-se na definição da Convenção de Belém do Pará (1994), segundo a qual a violência contra a mulher constitui "qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado". Em seu Artigo 1º, a Convenção define as seguintes formas de VCM:

1) A violência doméstica ou em qualqueroutra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outras, as violências física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (Lei 11.340/2006);

2) A violência ocorrida na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar;

3) A violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (violência institucional).

MULHERES PESCADORAS NA RESEX

Em um diagnóstico denominado Projeto Envolver, realizado na Resex Marinha Baía do Iguape, foi identificado que dentre as famílias entrevistadas (cerca de 3.600), a proporção daquelas que possuem a mulher como responsável é majoritária (53%), demarcando uma importância enorme das mulheres na gestão da Resex. O grande quantitativo de mulheres na Reserva Extrativista reflete o grande número de famílias envolvidas no extrativismo e comercialização de mariscos, principalmente ostras e sururus, já que a atividade de mariscagem é essencialmente feminina.

Estima-se que 65,66% das famílias beneficiárias da RESEX estão envolvidas com o extrativismo de ostras, seguido da coleta de sururus (63,52%), recursos produzidos pelo esforço essencialmente feminino, reforçando a importância da mariscagem na atividade produtiva da Reserva Extrativista.

Após as ostras e sururus, a pesca de camarão e siris são as mais relevantes para a produtividade pesqueira da RESEX, sendo que 57,25% das famílias estão envolvidas com a pesca e comercialização de camarões e 49,23% com a pesca e comercialização de siris. A pesca destas espécies é realizada essencialmente por homens, que utilizam camboas e redes de arrasto (redinhas, rede camarãozeira, calão de abalo e rede grande) para camarões e gaiolas e jererés para siris.

No entanto, apesar de a coleta direta destes recursos da natureza ser realizada principalmente por homens, o beneficiamento primário (catação, descasque etc.) é realizado quase que exclusivamente por mulheres, atividade que demanda muito mais tempo que a própria pesca dos camarões e siris. Após os camarões e siris, as mulheres voltam a representar relevância na atividade pesqueira da região, pois os produtos que seguem com mais envolvimento das famílias na RESEX são o mapé (32,84%), chumbinho (25,01%) e sarnambi (21,62%), essencialmente extraidos pelas marisqueiras.

Não podemos, portanto, falar em conservação dos modos de vida tradicionais das comunidades pesqueiras da Baía do Iguape sem considerar as questões de gênero. O trabalho das mulheres na pesca é essencial para a reprodução fisica e social das comunidades traicionais da Resex Marinha Baía do Iguape.

Não usufruindo de contexto muito diferente das demaias mulheres, as pescadoras da Baía do Iguape tambem sofrem diversos tipos de violência de gênero, precarização de suas condições de trabalho, de direitos e a invisibilização de suas necessidades por parte das instituições públicas. Violências domésticas são, por exemplo, relatos extramamente comuns. A tripla jornada de trabalho (pescar, cuidar da casa, cuidar dos filhos) e tambem exclusiva às mulheres. As péssimas condições de trabalho nas atividades da mariscagem geram tambem consequências graves a saude da mulher, desde problemas músculo-esqueléticos até infecções uterinas. Além disto, há constantes investidas para a redução de direitos da mulher na pesca, como a retirada da catadora do pescado do conceito legal do que é ser pescaor ou pescadora. A alteração desta legislação inviabilizou o acesso de diversas mulheres a direitos trabalhistas, como o seguro defeso, por exemplo.

É neste contexto que surge a idéia de realizar o 1º Fórum de Mulheres da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape. Aproveitando as mobilizações para a elaboração do Plano de Manejo, por demanda das mulheres da Resex, surgiu a necessidade de se criar um espaço estritamente para mulheres para se discutir a elaboração do Plano de Manejo, pois os temas prioritários para elencados (proteção, atividades produtivas etc.) não necessariamente são os temas de maior relevância para as pescadoras. O próprio GT de acompanhamento do Plano de Manejo da Resex que definiu os temas prioritários não contava com a participação de nenhuma mulher pescadora ou marisqueira beneficiária da Resex.

A ideia de haver um espaço exclusivo às mulheres é com a finalidade de propiciar tambem um espaço amigável e acolhedor para tratar de assuntos sensíveis, tais como violência doméstica, problemas de saude e também para fortalecer os laços de solidariedade, apoio mútuo e autonomia das mulheres pescadoras da Resex Marinha Baía do Iguape. A proposta do Fórum de Mulheres foi aprovada no GT do Plano de Manejo e tambem no Conselho Deliberativo.

MOBILIZAÇÃO PARA O 1º FÓRUM DE MULHERS [8]

A realização do 1º Fórum de Mulheres da Resex Marinha Baía do Iguape necessitaria inevitavelmente de reuniões de mobilização com as mulheres pescadoras e marisqueiras. Estas reuniões possuem o objetivo de divulgar a criação do Fórum e também identificar as pautas prioritárias específicas das mulheres para a discussão da elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista.

As reuniões servem também para promover laços de sororidade entre as mulheres pescadoras e marisqueiras, que na troca recíproca de relatos pessoais se identificam enquanto gênero oprimido pela estrutura patriarcal, aprimoram suas percepções sobre as diversas formas de violência de gênero, das mais sutis ás mais explícitas, e entendem a necessidade de uma organização específica para discutir e pautar as demandas das mulheres da Baía do Iguape.

Foi então formado um coletivo de articulação de mulheres, todas com ampla experiência em discussões de gênero e em ferramentas participativas, que já possuem relação de trabalho com as comunidades da Resex, a fim de mobilizar as reuniões comunitárias, facilitar estes encontros e compilar relatos e as demandas prioritárias das mulheres. Todas as informações registradas nas reuniões serão necessárias para a concepção do método de facilitação do 1º Fórum de Mulheres, que terá seu planejamento elaborado apenas depois de finalizadas as reuniões de mobilização.

Já ocorreram reuniões de mobilização com as comunidades de Guaí, Baixão do Guaí, Girau Grande, Mutamba, Cabaceiras, Porto do Açougue, Boiada, Santiago do Iguape, Salamina, São Francisco do Paraguaçu, Enseada e São Roque, envolvendo cerca de 200 mulheres que se responsabilizaram por divulgar os objetivos e a criação do Fórum de Mulheres da Resex Marinha Baía do Iguape. Estão previstas ainda reniões em Nagé, Coqueiros, Kaonge, Capanema, Pilar e Tabuleiro da Vitoria. As reuniões estão ocorrendo com auto-financiamento, com eventuais apoios do ICMBio.

PRÓXIMOS PASSOS

Após finalizadas as reuniões de mobilização, os dados obtidos com as mulheres da Resex serão compilados e analisados pelo coletivo de articulação, que elaborará a partir destas informações uma proposta de planejamento do 1º Fórum de Mulheres, incluindo os temas a serem abordados e os métodos participativos a serem utilizados. Esta proposta será apresentada para as mulheres do Conselho Deliberativo da Resex para ajustes e deliberações finais.

A seleção das mulheres delegadas que participarao do 1º Fórum de Mulheres ocorrerá ao final das oficinas comunitárias que ocorrerao para a elaboração da etapa final do Plano de Manejo da Resex. Utilizaremos o mesmo método para seleção de delegados executado para a Assembleia Comunitária do Acordo de Gestão. Cada núcleo comunitário de gestão terá direito a escolher três delegadas mais uma delegada a cada vinte participantes da oficina. Apenas as mulheres terão vez e voto na seleção das delegadas.